

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI**  
**Atos do Prefeito**

**DECRETO Nº 11723/2014**  
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei nº 3071/2013 de 23 de dezembro de 2013.

**D E C R E T A:**  
Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 22.956.620,98 (Vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e noventa e oito centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.  
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com os incisos II e III § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.  
Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11563, de 16 de janeiro de 2014.  
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 25 DE SETEMBRO DE 2014.**  
**RODRIGO NEVES - PREFEITO**

**ANEXO AO DECRETO Nº 11724/2014**  
**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/CANCELADO
1400 - SMEL	2781200231082	33903900	100	19.000,00	
1051 - EMUSA	0412200012056	33903900	108	2.900.000,00	
1051 - EMUSA	1551200102051	44905100	108	2.000.000,00	
1051 - EMUSA	1584609000902	33909200	108	2.034.620,98	
1083 - NITPREV F	0927209009012	33900101	218	13.450.000,00	
2600 - SECONSER	2612200012286	33903900	108	1.900.000,00	
4141 - FAN	1312200012360	33903900	100	653.000,00	
1400 - SMEL	2781300231088	33903900	100		19.000,00
2300 - SEPLAG	0412200012238	44905200	100		240.000,00
2300 - SEPLAG	0412600012231	33903900	100		43.000,00
2300 - SEPLAG	0412800012233	33903900	100		370.000,00
Excesso de arrecadação proveniente dos Royalties do Petróleo			108		8.834.620,98
Excesso de arrecadação proveniente dos Royalties do Petróleo			218		13.450.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>22.956.620,98</b>	<b>22.956.620,98</b>

NOTA :  
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO MUNICIPAL  
FONTE 108 - RECURSOS PROVENIENTES DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO  
FONTE 218 - RECURSOS PROVENIENTES DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO  
**PLANILHA DE CÁLCULO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 43 § 3º DA LEI 4.320/64.**  
**APLICANDO A METODOLOGIA DE MODELO DE MÉDIA MÓVEL DA ARRECADAÇÃO DOS ULTIMOS 12 MESES, DE ACORDO COM O MANUAL DA RECEITA DO STN, PROJETANDO A ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/14**  
**ARRECADAÇÃO DOS ULTIMOS 12 MESES – R\$ 193.396.876,17 ( Ago./13 a jul./14)**  
**MÉDIA MENSAL R\$ 16.116.406,35**  
**PROJETADO DE AGOSTO À DEZEMBRO/14 - R\$ 80.582.031,74**  
**ARRECADADO DE JANEIRO A JULHO DE 2014 = R\$ 123.740.794,20**  
**TOTAL PROJETADO PARA 2014 = R\$ 204.322.825,94**  
**TOTAL DA RECEITA INICIAL ESTIMADA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 = R\$ 133.000.000,00.**  
**EXCESSO PROVÁVEL = R\$ 204.322.825,94 – R\$ 133.000.000,00 = R\$ 71.322.825,94.**  
**VALOR SOLICITADO NESTE ATO = R\$ 22.284.620,98**

**Portarias**  
Considera nomeado, a contar de 01/01/2014 o Guarda Civil Municipal **PAULO ROBERTO BRITO JÚNIOR**, matrícula 235.028-8, para exercer o cargo de Inspetor Adjunto, da Secretaria Municipal de Ordem Pública, em vaga criada pela Lei nº 3077/2014 (Portaria 1236/2014).

Dispensa **CELSO LUIZ LIMA DA SILVA** como Conselheiro Titular, representando a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas – COMAD (Portaria 1237/2014).

Designa **MANOEL JOAQUIM PORTO** como Conselheiro Titular, representando a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas – COMAD (Portaria 1138/2014).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**

**Portaria nº226/2014 - Processo nº20/500/2014**  
**Editai de Citação: Hebert Derichard Penafort Ataide, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº239.151-0**  
**ASSUNTO:** apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art.195, da Lei nº531/85;  
**PRAZO:** 20(vinte) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 8 (oito) dias, cliente de que a ausência de manifestação implicará **REVELIA** e seus efeitos;  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art.241 § 2º e § 4º c/c art.247, todos da Lei nº531/85; **VISTA DOS AUTOS:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº987, 10 andar; **HORÁRIO:** 9:00 horas às 16:30 horas.

**Portaria nº242/2014 - Processo nº20/499/2014**  
**Editai de Citação: Fabio Dirques Cavalcante, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº239.138-0.**  
**ASSUNTO:** apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195, da Lei nº531/85;  
**PRAZO:** 20(vinte) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 (oito) dias, cliente de que a ausência de manifestação implicará **REVELIA** e seus efeitos;  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art.241 § 2º e § 4º c/c art.247, todos da Lei nº531/85; **VISTA DOS AUTOS:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº987, 10 andar; **HORÁRIO:** 9:00 horas às 16:30 horas.

**Portaria nº227/2012 - Processo nº210/4574/2012**  
**Editai de Citação: Carolina de Souza Pereira da Silva, Professora, Matrícula nº235.519-6.**  
**ASSUNTO:** apresentar defesa por estar incursa no inciso XIII do art. 195, da Lei nº531/85;  
**PRAZO:** 10 (dez) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 (três) dias,

ciente de que a ausência de manifestação implicará **REVELIA** e seus efeitos;  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art.241 e § 4º da Lei nº531/85; **VISTA DOS AUTOS:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº987, 10 andar;  
**HORÁRIO:** 9:00 horas às 16:30 horas.

**Despacho do Secretário  
Comissão de Pregão**

**Processo 090/0136/2014** - Tendo em vista o desinteresse de participantes no PREGÃO PRESENCIAL de Nº 032/2014, que seria realizado no dia 25 de setembro de 2014 às 14:30 horas, o certame fica considerado DESERTO.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE  
Atos do Subsecretário**

**Portaria SMU/SSTT nº 404, de 22 de setembro de 2014.**

O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito e Transporte da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB);  
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;  
Considerando a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no art. 24 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – CTB;  
Considerando o processo 530/005515/2013;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir área de estacionamento para a operação de carga e descarga de obra na Travessa Matos Coutinho, nº 35, lado direito da circulação de veículos, sentido Rua Dr. Mário Viana, de 2ª à 6ª feira, no horário de 07:00 H às 17:00 H, com validade vinculada ao término da obra, conforme disposto no processo administrativo nº 530/005515/2013.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Portaria SMU/SSTT nº 405, de 22 de setembro de 2014.**

O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito e Transporte da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB);  
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;  
Considerando a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no art. 24 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – CTB;  
Considerando o processo 530/006847/2014;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir área de estacionamento para a operação de carga e descarga de obra na Rua Rubens Brasil, nº 75 (Lote 31-A), lado direito da circulação de veículos, sentido Alameda São Boaventura, de 2ª à 6ª feira, no horário de 07:00 H às 17:00 H, com validade vinculada ao término da obra, conforme disposto no processo administrativo nº 530/006847/2014.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS  
EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.

O PROPRIETÁRIO – Rua 1, Qd. F, lote 4- Piratininga - Int.17500/2014; O PROPRIETÁRIO – Rua 1, Qd. A, AP 1- Piratininga – Int.18940/2014; O PROPRIETÁRIO – Rua 1, AP 10, Qd.G, MR 501- Piratininga – Int. 18950/2014; O PROPRIETÁRIO – R Carlos Vilhena, 429- Itaipu – Int.20962/2014; O PROPRIETÁRIO – R Publio Machado, 141- Itaipu – Int. 20963/2014; O PROPRIETÁRIO – R Mario Vianna, 653, lj 10- Santa Rosa – Int. 20341/2014; O RESPONSÁVEL – Estrada Francisco da Cruz Nunes, 62- Piratininga – Int. 21071/2014; ANDERSON R. OLIVEIRA – R Dr. Oliveira Botelho, 86, casa 2- São Francisco – Int. 21065/2014; KREK ADMINISTRAÇÃO LTDA - Estrada Francisco da Cruz Nunes, 1601- Itaipu – A.1.13353/2014

**EDITAL DE EMBARGO Nº. 03/ 2014**

Tendo em vista o que determina o artigo 25, inciso "I", da Lei 1.469 de 1995, fica **EMBARGADA** a obra de construção comercial, que está sendo executada à Estrada Francisco da Cruz Nunes, 1601, Maravista, nesta cidade, em face do não atendimento à intimação nº.0371 de 20/08/2014 ,que determinou a paralisação da mesma.

O não atendimento do presente Edital sujeita o infrator à aplicação da sanção prevista no artigo 21, da Lei 1.469 de 1995 e demais sanções legais aplicáveis.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS  
Conselho Municipal de Assistência Social**

Moção de Pesar nº 001/2014

O Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói - CMAS, através do seu corpo deliberativo, manifesta votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Mary Diniz Viana Mattos, ocorrido em 03/08/2014, nesta cidade.

É com extremo pesar que o Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói externa suas condolências, pelo lamentável falecimento da Senhora Mary Linda Diniz Mattos, pessoa íntegra, de caráter inabalável, com atuação irrestrita junto aos Conselhos de Defesa dos Direitos do Município de Niterói e que sempre buscou contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna através dos valores morais e da promoção social.

Mary Mattos, assim era conhecida, deixou para sua família um exemplo de esposa, mãe, amiga e nunca mediu esforços para honrar com seus compromissos aqui na terra.

A Senhora Mary Mattos nos deixou e partiu para uma dimensão superior, porém sua luta continua, e jamais cairá no esquecimento, pois, as sementes que plantou, germinaram, cresceram, frutificaram e estão a espalhar novas sementes, que certamente serão fundamentais para construção da verdadeira cidadania.

Neste momento de dor, este Conselho deixa externada sua imensa gratidão, desejando que descanse em paz, ao lado do nosso bom Deus.

Transmita-se o teor desta à família enlutada, por intermédio da mãe, filho, familiares e amigos.

**RESOLUÇÃO CMAS / NITERÓI nº. 16/14**

Dispõe sobre deliberação da Reunião Ordinária do dia 03/09/2014, do Conselho Municipal de Assistência Social / Niterói.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.549/96 sob a presidência da Srª. Andréa Mayer Gomes, resolve:

Art. 1º - Aprovar a ata 11/14;

Art. 2º - Substituição do **Sr Dirceu Resende Pinheiro**, Conselheiro Titular representante da Secretaria de Municipal de Fazenda, e designar a **Sr Luiz Olívio Velloso da Silva** na condição de Conselheiro Titular, representante da referida Secretaria;

Art. 3º - Aprovar a nomeação da Srª. Angélica Santos Gonçalves para a função de Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Tornar pública a nova composição das Comissões Permanentes do CMAS:

**Comissão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):**

**Representantes Governamentais:**

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos: Andréa Mayer Gomes

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos: Bianca da Silva Carvalho

**Representantes da Sociedade Civil:**

Profissional da Área: Arlete Ângelo Maia Teixeira (Coordenadora)

Fraternidade Anawin de São Francisco de Assis: Paulo Sérgio Villar Cabral

**Comissão de Monitoramento, Controle, Avaliação e Regulação Proteção Básica e Proteção Especial:**

**Representantes Governamentais:**

Secretaria Municipal de Saúde: Odila Dias Curi

Procuradoria Geral do Município: Angélica Gonçalves Santos (Coordenadora)

**Representantes da Sociedade Civil:**

Fraternidade Anawin de São Francisco de Assis: Paulo Sérgio Villar Cabral

Associação Fluminense de Amparo aos Cegos: Joana Merat

**Comissão de Legislação e Ética:**

**Representantes Governamentais:**

Procuradoria Geral do Município: Angélica Gonçalves Santos (**Coordenadora**)

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade: Monica Monnerat

Apoio: Secretaria Municipal de Fazenda: Luiz Olívio Velloso

**Representantes da Sociedade Civil:**

Profissional da Área: Arlete Ângelo Maia Teixeira

Fundação Evangélica de Assistência Social El Shadai: Ana R. Ribeiro Wenceslau

Apoio: Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos: Guilherme Meyer Ramalho

**Comissão de Monitoramento, Controle, Avaliação e Regulação do Programa Bolsa Família:**

**Representantes Governamentais:**

Secretaria Municipal de Saúde: Odila Dias Curi

Procuradoria Geral do Município: Angélica Gonçalves Santos (Coordenadora)

**Representantes da Sociedade Civil:**

Fraternidade Anawin de São Francisco de Assis: Paulo Sérgio Villar Cabral

Associação Fluminense de Amparo aos Cegos: Joana Merat

**Comissão de Inscrição e Renovação das Entidades Socioassistenciais:**

**Representantes Governamentais:**

Procuradoria Geral do Município: Angélica Gonçalves Santos (**Coordenadora**)

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade: Monica Monnerat

Apoio: Secretaria Municipal de Fazenda: Luiz Olívio Velloso

**Representantes da Sociedade Civil:**

Profissional da Área: Arlete Ângelo Maia Teixeira

Fundação Evangélica de Assistência Social El Shadai: Ana R. Ribeiro Wenceslau

Apoio: Oficina do Parque: Bianca Médola

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor

**RESOLUÇÃO CMAS / NITERÓI nº. 17/14**

Dispõe sobre deliberação da Reunião Ordinária do dia 03/09/2014, do Conselho Municipal de Assistência Social / Niterói.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.549/96 sob a presidência da Srª. Andréa Mayer Gomes, resolve:

Definir os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipal de Assistência Social/**CMAS**

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1549/96, em reunião ordinária realizada em 03/09/2014 e;

**Considerando** a necessidade de orientar as entidades e organizações de assistência social sobre a tramitação administrativa dos processos neste Conselho, conforme revogação da Resolução CNA Nº 16, de 5 de maio de 2010, deliberado pela resolução 14/2014 de 15 de maio de 2014;

**Considerando** a necessidade de atualizar os procedimentos administrativos do Conselho;

**Considerando** o disposto no inciso II do art. 204, da Constituição Federal do Brasil, que prevê a participação da população por meio de organizações representativas;

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e em especial o artigo 1º, que dispõe sobre o caráter não contributivo e a gratuidade da Assistência Social, o artigo 3º, que dispõe sobre o conceito de entidades de assistência social e artigo 9º, que trata do funcionamento das entidades ou organizações de assistência social;

**Considerando** o disposto na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;

**Considerando** o disposto na Resolução CNAS nº 145, de 28 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

**Considerando** a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS;

**Considerando** o disposto no Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da LOAS e dá outras providências;

**Considerando** o disposto na Lei 12.101, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, regula os procedimentos de isenção de contribuição para Seguridade Social e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

**Considerando** o disposto no Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 12.101.

Considerando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de assistência social;

Considerando o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências; Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

Considerando o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

Considerando a Resolução CNAS nº 39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social; Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 18, de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012;

Considerando a Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências; Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

Considerando a Resolução CNAS nº 6, de 13 de março de 2013, que aprova a expansão qualificada de Serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, em situação de dependência, em Residências Inclusivas;

Considerando a Resolução CNAS nº 4, de 11 de fevereiro de 2014, que institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – Aprimora Rede e aprova os critérios e procedimentos para incentivar a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades privadas no âmbito do SUAS;

**Considerando** o disposto na Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 2º As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída,

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura; Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

e) identificação de cada serviço, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2). capacidade de atendimento;

e.3) recursos financeiros a serem utilizados;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§ 1º Para fins de inscrição é vedado a este Conselho de Assistência Social fazer a análise das Demonstrações Contábeis.

§ 2º Para fins de inscrição é vedado a este Conselho Municipal de Assistência Social exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

§ 2º Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todos os Municípios onde realiza sua ação.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social.

Art. 5º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório ou registrado junto ao Ministério Público;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação conforme modelo;

V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

VI – Relatório de atividades do ano anterior conforme modelo;

Art. 9º As entidades ou organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II;

II - plano de ação;

III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 5º e do art. 6º desta Resolução.

Art. 10. As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º e do art. 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;

II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação.

Art. 11. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

a) requerimento da inscrição;

b) análise documental;

c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

d) elaboração do parecer da Comissão;

e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

f) publicação da decisão plenária;

g) emissão do comprovante;

h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;

i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III – cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social realizar todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser manifestado por resolução.

IV- a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição, obedecendo ao prazo de 60 dias para o parecer da Comissão de Renovação e Inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Primeiro. Após 60 (sessenta) dias avaliado pela comissão de Inscrição, em caso de indeferimento pela Plenária do pedido, as entidades e organizações de assistência social poderão recorrer em até (30) trinta dias a este Conselho para novo parecer da comissão; sendo de causa jurídica deverão consultar a Procuradoria Geral do Município, ou de causa de adequação de serviços e ações, consultar a própria SASDH (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos), que poderá esclarecer sobre ações ofertadas, com parecer técnico, retornando ao CMAS para novo parecer da comissão que será julgado em plenária;

Art. 12. O Conselho Municipal de Assistência Social acompanhará e fiscalizará as entidades ou organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, através das comissões permanentes e ou especiais de forma periódica com os respectivos critérios estabelecidos nas resoluções anuais.

Parágrafo único. O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 15. A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere a alínea "I", do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências.

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer no prazo de até 60 dias.

§ 4º As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais aos Conselhos de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexos IV e V.

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social estabelecerá numeração única e seqüencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 18. As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 19. Revoga-se a Resolução CMAS nº 01/11, de xx de xxx de 2011.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I – Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Entidade Principal e Secundário \_\_\_\_\_

Data de Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

FAX: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Atividade Principal: \_\_\_\_\_

Possui inscrição em outro conselho:

( ) CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

( ) CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

( ) COMDDEPI – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

Síntese dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais realizados no Município: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

B – Dados do Representante Legal:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

C – Informações Adicionais:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Termos em que, \_\_\_\_\_

Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal da Entidade

ANEXO II – Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói

A entidade abaixo qualificada, **com atuação neste município**, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos seus **serviços, programas projetos e benefícios socioassistenciais**, abaixo descritos, neste Conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Entidade Principal e Secundário \_\_\_\_\_

Data de Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

FAX: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Atividade Principal: \_\_\_\_\_

Possui inscrição em outro conselho:

( ) CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

( ) CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

( ) COMDDEPI – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

Síntese dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais realizados no Município: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

B – Dados do Representante Legal:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Período do Mandato: \_\_\_\_\_  
**C – Informações Adicionais:**

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Local \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura do Representante Legal da Entidade:**

**ANEXO III – Requerimento de Inscrição**

**Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói**

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais**, abaixo descritos, neste Conselho.

**A – Dados da Entidade:**

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Código Nacional de Entidade Principal e Secundário \_\_\_\_\_  
Data de Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
FAX: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Atividade Principal: \_\_\_\_\_  
Possui inscrição em outro conselho:  
( ) CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar  
( ) CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
( ) COMDDEPI – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa  
( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

Síntese dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais realizados no Município:

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

**B – Dados do Representante Legal:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Período do Mandato: \_\_\_\_\_

**C – Informações Adicionais:**

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Local \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura do Representante Legal da Entidade:**

**ANEXO IV – Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal**

Conselho Municipal de Assistência Social

Inscrição Nº: \_\_\_\_\_

A entidade \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, é inscrita neste Conselho, sob número \_\_\_\_\_ desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A entidade executa o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s),projeto(s),benefício(s) socioassistenciais (listar todos os endereços respectivos caso a entidade o desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local, \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

**ANEXO V**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE:**

- ( ) Serviços  
( ) Programas  
( ) Projetos

( ) Benefícios socioassistenciais

Conselho Municipal de Assistência Social

Inscrição Nº: \_\_\_\_\_

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

Estes são/serão executados pela entidade \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (município/estado) \_\_\_\_\_ e encontra-se em acordo com as normativas vigentes, entres elas, a Resolução CNAS nº 14/2014. A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado. Local, \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) Presidente do Conselho \_\_\_\_\_ (Período de gestão de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_)

**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**  
**RESOLUÇÃO COMDDEPI nº. 01/14**  
Dispõe sobre deliberação da Reunião Ordinária do dia 12/02/2014, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.  
O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1839/01, sob a presidência da Sra. Magaly Lucinda Belchior da Mota, resolve:  
Art. 1º - Tornar pública a composição da Mesa Diretora do COMDDEPI para o ano de 2014 conforme Regimento Interno :  
**Presidente: Magaly Lucinda Belchior da Mota (ASPI-UFF)**  
**Vice-presidente: Sonia Maria da Rocha (Secretaria Municipal de Saúde)**  
**Secretário: Cilene Moura (Secretaria Municipa de Educação)**  
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**Coordenação do Serviço Funerário Municipal**  
**CEMITÉRIO DO MARUÍ**

**Processos Deferidos:**  
**60/580; 613; 624; 656; 657; 659; 660; 661; 662; 663; 665; 666; 667/2014.**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO: 168/2014**

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 15/2014; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e VICMA – Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. EPP; **OBJETO:** Locação de 30 (trinta) impressoras a laser cor preta e 05 (cinco) impressoras a laser colorida, através da adesão a Ata de Registro de Preços nº 22/2013, referente ao Pregão Presencial – Registro de Preços da Base Fluvial de Ladário/Marinha do Brasil; **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais); **VERBA:** Programas de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2262, Códigos de Despesa nº 33.39.03.90.00, Fonte nº 207, tendo sido objeto da Nota de Empenho de nº 0474/2014 datada de 20/08/2014; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93, bem como o Processo Administrativo nº 200/6412/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 20 de agosto de 2014.

**EXTRATO Nº 194/2014.**

**INSTRUMENTO:** TERMO ADITIVO Nº 18; **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E ECO-EMPRESA DE CONSULTORIA E ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS EDIT. LTDA; **OBJETO:** Dar continuidade ao CONTRATO Nº 28/2013, relativo a implementação, treinamento, consultoria e manutenção de sistemas de gestão de informação para saúde pública; **VALOR:** R\$ R\$ 3.756.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta e seis mil reais); **VERBA:** Programa de Trabalho nº 2543.10.301.51.000, Natureza da Despesa nº 33.90.39, Fonte nº 207; **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93; **ASSINATURA:** 02/07/2014.

**COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**Licença Especial (Deferido)**  
200/3462/2014 - Ana Claudia Tinoco Aboim Costa  
200/4193/2014 - Yara Fernandes Pires  
200/3628/2013 - Maria Cristina Albert Soares  
200/3628/2013 - Maria Cristina Albert Soares

**VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA**

**Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses**

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

**REVALIDAÇÃO 2 - EXERCICIO 2014 – CI 61 – 22/09/14:**

**Otica Popular de Niterói Ltda-Me;** Rua da Conceição 78- Centro – Niterói RJ; Cnpj: 10.795.032/0001-84; N° Processo: 200/30/5472/14; Atividade: ‘**Comércio Varejista de Produtos Óticos**’.

**Marco Aurelio Fernandes Musmanno:** Av. Amaral Peixoto 450/405 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo: 200/30/1747/14; Atividade: ‘**Consultório Médico**’.

**OFS RJ: Ltda;** Av. Visc. do Rio Branco 453 - Centro –Niterói RJ; Cnpj; 04.779.685/0007-62; N° Processo: 200/30/746/14; Atividade: **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

**Farmacia e Perfumaria F e P Ltda;** Estr. Caetano Monteiro 1201 loja 105/106 – Pendotiba – Niterói RJ; Cnpj; 18.304700/0001-35;N° Processo;200/30/6727/14; Atividade; “**Farmacia com dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial ecom comércio de cosméticos, correlatos, perfumes, produtos de higiene e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

**Sare – Fisioterapia e Reabilitação Ltda Epp;** Rua Otavio Carneiro 143 / 1104 / 1105 – Icaraí – Niterói RJ; Cnpj: 05.598.066/0003-00; N° Processo; 200/30/3235/14; Atividade; ‘**Clinica de Fisioterapia e Reabilitação**”.

**Heloisa Baeta Figueiredo André;** Rua Mem de Sá 19/806 –Icaraí – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/6114/14; Atividade: ‘**Consultório Médico**”.

**José Mauricio sobreiro do Valle;** RuaMoreira Cesar 229 / 1417 – Icaraí – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3316/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**”.

**Jeanilço Carvalho Areas;** Av. Amaral Peixoto 207 / 1102 /1104 – Centro- Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3359/14; Atividade: ‘**Consultório Médico**’.

**Rogério Guimarães Goulart Assis;** Estr. Francisco da Cruz Nunes 7288 –Itaipú – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/1948/14; Atividade; ‘**Consultório Odontológico com Raio X**’.

**Maria de Fatima Bazhuni Pombo March;** RuaOtavio Carneiro 143 / 611 –Icaraí – Niterói RJ; Cnpj;790.037.967/34; N° Processo; 200/30/866/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**’.

**Rafael Silva Cardoso;** Rua Miguel de Frias 40/701 –Icaraí – Niterói RJ; Cnpj: N° Processo; 200/30/2387/14; Atividade; ‘**Consultório Odontológico com Raio X**”.

**Centro de Oftalmologia Avançada;** Rua Mariz e Barros 459 - Icaraí – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/4639/14; Atividade: ‘**Clinica Médica sem Internação**”.

**Selma Sena Machado Barbosa;** Av. Amaral Peixoto 207 / 517 – Centro –Niterói RJ;Cnpj;N°Processo:200/30/1546/14;Atividade‘ **Consultório Odontológico sem Raio X**.

**Barbearia Monica Moraes Ltda;** Rua da Conceição 101 loja 02 – Centro –Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3367/14; Atividade: ‘**Salão de Barbeiro**”.

**MultiLab Exames Médicos Ltda;** Rua Miguel de Frias 88 / 501 –Icaraí –Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/5972/14; Atividade: ‘**Clinica Médica sem Internação**”.

**Luar Estetica e Beleza Ltda;** Estr. Francisco da Cruz Nunes 6090 / 106 –Itaipú – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2491/14; Atividade; ‘**Instituto de Beleza**”.



**Paulo Henrique de Almeida Campos:** Rua Otavio Carneiro 100/806 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj: N° Processo; 200/30/2209/14; Atividade; ‘**Consultório de Psicologia**’,  
**Rosali Azevedo Kunzel;** Rua Andrade Neves 25 / 401 – Centro – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/2500/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**’.  
**Cristina Loyola Erthal;** Rua Otavio Carneiro 143/411 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/2517/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**’  
**Claudio Vieira Catharina:** Rua Gavião Peixoto 182 / 607 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/5359/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**’.  
**Angelica Correa de Moraes;** Rua Mem de Sá 111 / 505 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/5756/14; Atividade; ‘**Consultório de Fonoaudiologia**’.  
**Laboratório Oswaldo Cruz;** Rua Moreira Cesar 160 / 517 – Icaraí- Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/3064/14; Atividade; ‘**Posto de Coleta de Laboratório de Análises Clínicas**’.  
**A. Dourado Clínica Médica Ltda:** Rua da Conceição 188 /702 – Centro – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/3231/14; Atividade; ‘**Consultório Médico**’.  
**Dr. Eduardo Muranaka;** Rua Gavião Peixoto 70 / 710 –Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/3214/14; Atividade: ‘**Consultório de Oftalmologia**’  
**Lucia Helena Barros Vinagre;** Rua Leandro Motta 148 /305 – Icaraí –Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/1947/14; Atividade; ‘**Consultório de Psicologia**’.  
**Consultório Médico de Imagem José Clemente Ltda;** Rua José Clemente 100/ 102 /103 – Centro –Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/3456/14; Atividade: ‘**Clínica de Radiodiagnóstico Médico sem Internação**’.  
**Visual Fashion Ótica Ltda;** Rua Lopes Trovão 110 / 103 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/4056/14; Atividade: ‘**Comércio Varejista de Produtos Óticos**’.  
**Renato Paes Leme B. da Silva;** Rua Auelino Leal 16 / 05 – Centro – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/2513/14; Atividade; ‘**Gabinete de Tatuagem**’.  
**Mariana Dutra Baptista Borges;** Rua Moreira Cesar 229 / 219 – Icaraí-Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/5365/14; Atividade; ‘**Consultório Odontológico com Ralo X**’.  
**Clínica de Reumatologia e Fisioterapia Reumatos Ltda;** Rua Mem de Sá 19 / 401 /402 / 404 – Icaraí – Niterói Rj; Cnpj; N° Processo; 200/30/3656/14; Atividade; ‘**Clínica de Fisioterapia sem Internação**’.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**Atos do Presidente**

Na publicação de 13/06/2014, referente à Portaria de Designação da servidora Roseli Santos Rodrigues, inclua-se (**PORTARIA FME/920/2014**)

**NITTRANS- NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A**  
**Despacho do Presidente**

**Instrumento:** Contrato nº 14/14. **Partes:** Niterói, Transporte e Trânsito S. A. – NitTrans – e OI MÓVEL S.A. **Objeto:** Prestação de serviços de telefonia móvel – SMP (Serviço Móvel Pessoal), na forma do Termo de Referência que instrui o Edital do Pregão Presencial nº 03/2014. **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93. **Valor total:** O presente Termo possui o valor global de R\$41.000,00 (quarenta e um mil reais), à conta do Programa de Trabalho nº 2682.06.182.0053.2312, Natureza da Despesa nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00, Fonte de Recurso nº 106 e Nota de Empenho nº 0185 emitida em 17/09/2014. **Fundamento legal:** Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 9.614/05, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93. **Processo nº:** 530/000096/2013. **Data de assinatura:** 19/09/2014.

**NITEROI PREV**  
**Autarquia Municipal Gestora da Previdência Social**  
**Atos do Presidente**

**Processo nº:** 310/001242/2014 – Deferido.

**EXTRATO**

**INSTRUMENTO:** TERMO n.º 43/2014; **PARTES:** NITERÓI PREV e TWIST MIX DESIGN E INFORMÁTICA LTDA; **OBJETO:** AJUSTE E ACERTO DE CONTAS; **FUNDAMENTO LEGAL:** LEI 8666/93 E AUTORIZAÇÃO NO PROC. 310/001319/2013; **VALOR TOTAL:** R\$6.241,61 (SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS.); **DATA ASSINATURA:** 12 DE SETEMBRO DE 2014.

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**  
**Atos do Presidente**

**EXTRATO**

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 51/2014; **PARTES:** EMUSA E CONSÓRCIO CONSTRAIN - CARIOCA – TRANSOCEÂNICA; **OBJETO:** Implantação do BRT - Bus Rapid Transit TransOceânica Charitas – Engenho do Mato, no âmbito do Programa PAC 2, Eixo Mobilidade Médias Cidades, incluindo a execução de obras e serviços de engenharia e a elaboração e o desenvolvimento dos respectivos projetos básico e executivo, a montagem, a realização de testes e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses; **VALOR GLOBAL ESTIMADO:** R\$ 310.894.582,00 (trezentos e dez milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais); **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da EMUSA no exercício de 2014 da seguinte forma: PT 1051.26.782.0011.1039, ND: 4.4.90.39.00 e 4.4.90.61.00 e FT: 101 e PT 26.782.0011.1039, ND 4.4.90.61.00, FT 100, ficando o saldo remanescente a ser contemplado em dotações próprias do orçamento da EMUSA para os próximos exercícios de 2015 e 2016; **FUNDAMENTAÇÃO:** Contrato oriundo do RDC Nº 01/2014; **DATA:** 24/09/2014. Processo Nº 510/1694/14-fr. Guilherme Pessanha Ribeiro – P/Presidente da EMUSA – Niterói, 24 de setembro de 2014.

**ORDEM DE INÍCIO**

Estamos concedendo Ordem de Início ao **RDC nº. 001/2014** firmado com a empresa **CONSÓRCIO CONSTRAIN – CARIOCA - TRANSOCEÂNICA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **CONSTRUÇÃO / IMPLANTAÇÃO BRT - TRANSOCEÂNICA**, a partir do dia **25/09/2014**, com término previsto para **25/09/2016**. **Proc. nº. 510/1694/14 - FR.** Guilherme Pessanha Ribeiro – Diretor Administrativo da EMUSA.